

# PROCESSO SELETIVO ACT – EDITAL N° 069 – 2025

**CARGO: PROFISSIONAL DE APOIO**

Nome Candidato(a):

## INSTRUÇÕES

I – Preencha os campos destinados ao seu nome e à assinatura no caderno de Questões e Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.

II – O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser pintado todo o interior, ou feito um X na resposta certa.

III – O prazo de realização da prova é de duas horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 30 (trinta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, podendo, no entanto, levar uma folha de RASCUNHO com as respostas.

IV – Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo – lhe a Folha oficial de Respostas e o Caderno de Provas, devidamente preenchidos e constando seu nome completo.

V – Os 3 (três) últimos candidatos deverão retirar-se juntos da sala de provas, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

VI - O gabarito preliminar estará disponível no site da Prefeitura de Itapoá, no dia posterior à aplicação da prova.

VII – O NÃO cumprimento das determinações constantes do Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas, incorrerá na eliminação do candidato.

## COMPOSIÇÃO DO CADERNO DE PROVAS

Disciplinas	Nº Questões
Conhecimentos Gerais	01 a 08
Conhecimentos Específicos	09 a 16

**Boa Prova!**



## CONHECIMENTOS GERAIS

**01.** A Constituição Federal estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Considerando também os princípios do ensino, assinale a alternativa que **melhor expressa** esse conjunto constitucional:

- (a) A educação é um serviço opcional, cuja oferta depende da capacidade administrativa do sistema de ensino.
- (b) A educação é direito de todos e deve assegurar, entre outros princípios, igualdade de condições para acesso e permanência na escola.
- (c) A educação é dever exclusivo do Estado, cabendo à família apenas acompanhar os resultados da aprendizagem.
- (d) A educação é direito de todos, porém pode ser limitada aos que comprovarem desempenho mínimo em avaliações externas.

**02.** Em uma unidade escolar da rede pública, discutiu-se a possibilidade de condicionar o acesso ou a permanência de estudantes a critérios como desempenho acadêmico, comportamento ou conveniência institucional. Considerando os princípios constitucionais do ensino, previstos na Constituição Federal de 1988 e indicados no conteúdo programático do edital, é correto afirmar que:

- (a) A escola pode estabelecer critérios seletivos de acesso, desde que fundamentados em justificativas pedagógicas e organizacionais.
- (b) A escola pode organizar o atendimento dos estudantes conforme suas condições institucionais, priorizando determinados perfis de alunos quando houver limitações estruturais.
- (c) Deve ser assegurada igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo vedadas práticas discriminatórias de seleção ou exclusão.
- (d) A escola pode restringir o ingresso ou a permanência de estudantes em razão de comportamento, deficiência ou dificuldades de adaptação, com o objetivo de preservar a ordem escolar.

**03.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação envolve garantias relacionadas ao acesso, à permanência e à organização do atendimento educacional. Considerando esses princípios constitucionais, assinale a alternativa correta:

- (a) O dever do Estado consiste em assegurar a oferta da educação básica obrigatória e gratuita, podendo o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência ocorrer de forma substitutiva à escolarização na rede regular.
- (b) O dever do Estado compreende a garantia da educação básica obrigatória e gratuita, bem como o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, assegurado preferencialmente na rede regular de ensino.
- (c) O dever do Estado se efetiva por meio da criação de vagas e da oferta de serviços educacionais, cabendo às famílias a responsabilidade principal pela permanência e pelo acompanhamento do processo de aprendizagem.
- (d) O dever do Estado pode ser cumprido mediante cooperação com instituições públicas ou privadas, sendo facultativa a garantia direta das condições de permanência do estudante na escola regular.

**04.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/96 (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial destina-se ao atendimento educacional de qual público?

- (a) Apenas estudantes com deficiência física, matriculados exclusivamente em instituições especializadas.
- (b) Estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente matriculados na rede regular de ensino.
- (c) Estudantes com dificuldades de aprendizagem decorrentes de fatores socioeconômicos, atendidos em classes separadas.
- (d) Alunos com qualquer tipo de dificuldade escolar, independentemente de diagnóstico ou avaliação pedagógica.

**05.** A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à educação em sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e modalidades. Considerando os princípios estabelecidos nessa legislação, é correto afirmar que a educação da pessoa com deficiência deve:

- (a) Priorizar alternativas de atendimento fora do ambiente escolar comum sempre que identificadas dificuldades de adaptação ou solicitação da família.
- (b) Assegurar o máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades, respeitando as características, interesses e necessidades de aprendizagem de cada estudante.
- (c) Restringir-se às etapas iniciais da educação básica, garantindo atendimento educacional especializado apenas até o ensino fundamental.
- (d) Condicionar a matrícula do estudante à existência prévia de recursos de acessibilidade física, pedagógica ou tecnológica na unidade escolar.

**06.** Em uma situação ocorrida no ambiente escolar, foi registrado que uma criança com deficiência foi alvo de comentários depreciativos, caracterizando situação de discriminação. Considerando o disposto no art. 27 e em seu parágrafo único da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é correto afirmar que é dever:

- (a) Exclusivo do Estado, não cabendo à escola ou à comunidade escolar qualquer responsabilidade direta, por não se tratar de órgão governamental.
- (b) Exclusivo da família, uma vez que a proteção da criança é responsabilidade prioritária do núcleo familiar.
- (c) Do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade e proteger a criança contra toda forma de violência, negligência, discriminação e opressão.
- (d) Exclusivo do professor regente, por ser o responsável direto pela organização da turma e pelo acompanhamento dos alunos.

**07.** Em uma unidade escolar, discutiu-se se a inclusão de estudantes com deficiência depende apenas de boa vontade institucional e de ações pontuais. Considerando o disposto no art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), incumbe ao poder público assegurar e implementar medidas que garantam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, por meio da oferta de:

- (a) Serviços, recursos de acessibilidade e estratégias voltadas à eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.
- (b) Atendimento clínico obrigatório no espaço escolar, com foco no tratamento das deficiências apresentadas pelos estudantes.
- (c) Programas de reforço escolar exclusivo em turno contrário, como principal estratégia para compensar dificuldades de aprendizagem.
- (d) Organização de espaços ou turmas separadas para estudantes com deficiência, a fim de evitar prejuízos ao andamento da turma regular.

**08.** Durante a elaboração do Projeto Pedagógico da unidade escolar, a equipe debateu se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deveria ser tratado como uma ação isolada, desvinculada dos registros e da organização institucional da escola. Considerando o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é correto afirmar que:

- (a) O Atendimento Educacional Especializado constitui uma ação individual do professor do AEE, não sendo necessária sua articulação com o Projeto Pedagógico da escola.
- (b) O Projeto Pedagógico da escola deve institucionalizar o Atendimento Educacional Especializado, bem como os demais serviços, recursos e adaptações razoáveis necessários à inclusão dos estudantes.
- (c) O Atendimento Educacional Especializado torna-se dispensável quando o estudante conta com o acompanhamento de Profissional de Apoio durante a rotina escolar.
- (d) O Atendimento Educacional Especializado somente deve ser previsto no Projeto Pedagógico quando a escola dispõe de sala exclusiva e equipe completa para esse fim.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**09.** Um aluno público-alvo da Educação Especial está regularmente matriculado em turma comum. A equipe escolar questiona se ele pode ser retirado de forma frequente da sala, com a justificativa de “não comprometer o andamento da turma”. Considerando a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, prevista no conteúdo programático do edital, a conduta correta é:

- (a) Retirar o aluno sempre que apresentar dificuldades, priorizando o ritmo da turma.
- (b) Priorizar a permanência do aluno na classe comum, organizando os apoios necessários, sendo as retiradas apenas pontuais e pedagogicamente justificadas.
- (c) Transferir o aluno para atendimento exclusivo fora da sala comum como estratégia principal.
- (d) Manter o aluno restrito aos momentos de cuidado, sem participação nas atividades pedagógicas.

**10.** No contexto da rede municipal de ensino, a equipe pedagógica discute a função do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial. Considerando o conteúdo programático do edital e as normativas que regulamentam a Educação Especial, o AEE caracteriza-se por:

- (a) Substituir o ensino desenvolvido na sala comum, assumindo a escolarização do aluno nos casos de deficiência.
- (b) Atuar como reforço escolar, priorizando dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno na turma regular.
- (c) Complementar e suplementar a escolarização do aluno, articulando-se com o ensino comum, sem caráter substitutivo.
- (d) Destinar-se exclusivamente a alunos que apresentem laudo médico atualizado, independentemente do contexto escolar.

**11.** No cotidiano escolar, surgem diferentes compreensões sobre o papel do profissional de apoio junto ao aluno público-alvo da Educação Especial. Considerando o conteúdo programático do edital e as normativas que orientam a atuação desse profissional na rede municipal, a principal finalidade de sua atuação é:

- (a) Desenvolver intervenções pedagógicas individualizadas, assumindo a condução do processo de ensino do aluno.
- (b) Garantir apoio funcional ao aluno, favorecendo sua participação nas atividades da rotina escolar, em articulação com o professor e a equipe pedagógica.
- (c) Avaliar o desenvolvimento acadêmico do aluno e registrar os resultados em relatórios conclusivos.
- (d) Elaborar relatórios pedagógicos e definir estratégias de aprendizagem de forma autônoma.

**12.** Em determinada situação da rotina escolar, diante da ausência temporária do professor regente, o Profissional de Apoio permanece com a turma para acompanhar os alunos em uma atividade previamente organizada. Considerando as atribuições e os limites da função do Profissional de Apoio, conforme o conteúdo programático do edital e as normativas da rede municipal, essa atuação é considerada adequada quando:

- (a) O Profissional de Apoio assume a condução pedagógica da atividade e realiza intervenções de ensino.
- (b) O Profissional de Apoio atua de forma autônoma, definindo conteúdos e estratégias para a turma.
- (c) O Profissional de Apoio permanece com a turma de forma supervisionada, garantindo segurança, cuidado e acompanhamento, sem assumir a condução pedagógica ou a responsabilidade docente.
- (d) O Profissional de Apoio substitui o professor regente até o retorno deste, assegurando a continuidade do ensino.

**13.** Na rede municipal de ensino, a solicitação de Profissional de Apoio deve observar critérios definidos nas normativas da Educação Especial e nos fluxos institucionais. Considerando o conteúdo programático do edital, a solicitação desse profissional deve estar relacionada, prioritariamente:

- (a) A existência de dificuldades pedagógicas persistentes, identificadas pela escola, mesmo após intervenções pedagógicas sistemáticas e acompanhamento do professor regente.
- (b) À solicitação formal da família, fundamentada em laudos ou encaminhamentos externos, ainda que não haja registros escolares que indiquem necessidade funcional contínua.
- (c) À presença de baixa funcionalidade, evidenciada pela necessidade de apoio substancial e contínuo em atividades como alimentação, higiene, locomoção, cuidado pessoal ou segurança durante a rotina escolar.
- (d) À ocorrência de comportamentos desafiadores recorrentes, que impactam a organização da rotina da turma e demandam maior supervisão do adulto.

**14.** No cotidiano escolar, o Profissional de Apoio passa a adotar estratégias próprias de intervenção junto ao aluno público-alvo da Educação Especial, sem dialogar previamente com o professor regente ou com a equipe pedagógica da unidade. Considerando o conteúdo programático do edital e as normativas que orientam a atuação desse profissional, essa postura é:

- (a) Adequada, uma vez que o Profissional de Apoio acompanha diretamente o aluno e pode definir estratégias conforme sua observação cotidiana.
- (b) Inadequada, pois a atuação do Profissional de Apoio deve ocorrer de forma articulada com o professor regente e a equipe pedagógica, respeitando o planejamento e as orientações institucionais.
- (c) Recomendada, pois garante maior agilidade no atendimento às necessidades imediatas do aluno, mesmo sem alinhamento com a equipe.
- (d) Obrigatória quando há laudo médico ou orientação externa, ainda que não tenha sido discutida coletivamente na escola.

**15.** Durante os momentos de entrada e saída da escola, é comum que familiares busquem esclarecimentos sobre o desenvolvimento pedagógico da criança junto aos profissionais que atuam diretamente com ela. Considerando os fluxos institucionais, as atribuições profissionais e as orientações previstas no conteúdo programático do edital, a comunicação institucional com as famílias deve ser realizada:

- (a) Diretamente pelo Profissional de Apoio, uma vez que acompanha o aluno durante a rotina escolar e conhece suas necessidades cotidianas.
- (b) Pelo professor regente e/ou pela equipe gestora, responsáveis pela condução pedagógica e pela comunicação institucional da unidade escolar.
- (c) Exclusivamente pela Equipe Multidisciplinar, responsável pelos pareceres técnicos e orientações especializadas.
- (d) Preferencialmente por meio de registros informais ou conversas pontuais, a fim de evitar conflitos institucionais.

**16.** De acordo com os documentos normativos da rede municipal e com o conteúdo programático do edital, a atuação do Profissional de Apoio deve orientar-se por princípios que garantam a organização do trabalho escolar e o atendimento adequado ao aluno público-alvo da Educação Especial. Nesse sentido, a postura esperada desse profissional deve pautar-se por:

- (a) Autonomia decisória individual, com liberdade para definir estratégias e condutas conforme sua avaliação cotidiana da situação do aluno.
- (b) Práticas assistencialistas, com flexibilização das regras escolares sempre que identificadas dificuldades no comportamento do aluno.
- (c) Ética profissional, atuação colaborativa com a equipe escolar e respeito aos limites da função, conforme as atribuições institucionais estabelecidas.
- (d) Centralização do atendimento exclusivamente no aluno acompanhado, priorizando suas demandas em detrimento da dinâmica da turma e da organização escolar.



# GABARITO DE RESPOSTAS

**Identificação:**

NOME CANDIDATO(A):

DISCIPLINA: PROFISSIONAL DE APOIO

DATA: 01/02/2026

**INSTRUÇÕES:**

- Preencha a área de identificação com seu nome, data da prova e disciplina.
- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma resposta por questão. Em caso de marcação múltipla, a questão será anulada.
- Não rasure a Folha de Respostas.

QUESTÕES	ALTERNATIVAS			
01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D